

Desafios da Cidade numa abordagem clássica de Demografia Histórica. O caso de Guimarães entre o século XVI e o XX

Maria Norberta Amorim

CITCEM-GHP- Universidade do Minho

Colaboração de:

J. Antero Ferreira

Fátima Dias

Alice Ferreira

1. Introdução

Por dois motivos principais este primeiro Congresso Internacional de Guimarães sobre *As Cidades na História* é uma das ocasiões mais marcantes na minha já longa vida académica. Primeiro, porque ao fim de mais de 40 anos de trabalho, em grande parte solitário, em Demografia Histórica, assisto neste momento a uma clara demonstração da vitalidade dos estudos de população no tempo longo, na sua abordagem mais complexa, a dos aglomerados urbanos, estando rodeada por algumas das figuras mais representativas da comunidade científica da especialidade. Depois, porque isso acontece em Guimarães, cidade onde vivi a maior parte da minha vida ativa, e onde tive a oportunidade de assistir a um percurso que lhe valeu a classificação de património mundial, graças à visão do seu Presidente, António Magalhães, a quem neste momento saúdo, também como último responsável por este Congresso.

Gostaria de salientar, antes de mais, o meu conceito de Demografia Histórica, conceito restritivo, não necessariamente partilhado por todos (veja-se “Linha clássica de Demografia Histórica. Uma perspectiva optimista sobre a sua evolução”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVIII-II, 2000, pp. 89-104)

Para mim, Demografia Histórica, tal como a Demografia subsidiária dos recenseamentos modernos, tem como objetivo a compreensão do ritmo de evolução das populações pela interinfluência das variáveis demográficas. Sem análise demográfica não se pode falar de Demografia e sem fontes sistemáticas e metodologias adequadas, a aplicar sobre as mesmas, essa análise não se torna possível. Sempre poderemos falar de História da População, conceito lato que inclui a Demografia Histórica e a própria Demografia sem mais.

Assim, quando falo de *abordagem clássica de Demografia Histórica*, refiro-me à utilização dos registos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos como fontes e à aplicação de metodologias específicas para o seu tratamento, na rota aberta por Henry há cerca de meio século.

Desde o longínquo ano de 1969 que me venho debruçando sobre os registos paroquiais portugueses e penetrando na sua complexidade. Encontrei em Portugal, em grande parte dos casos, registos tardios, com lacunas não generalizadas, só ganhando maior sistematicidade a partir do último quartel do século XVII, mas com não-registo ou sub-registo de mortalidade de menores a alongar-se, nos casos mais graves, até à segunda metade do século XIX.

Se as fontes são difíceis em algumas zonas do país são-no ainda mais na grande arquidiocese de Braga e particularmente no caso de Guimarães, que se subtraía à fiscalização dos *visitadores delegados*. Aqui, o registo sistemático de mortalidade de menores só se encontra, na generalidade das paróquias, a partir de 1860, e, mesmo no século XIX, a identificação dos defuntos pode não contar com referência à naturalidade, relações de parentesco, ou idade ao óbito.

Se os registos paroquiais portugueses trazem problemas específicos em cada região administrativa religiosa, a forma de cruzar os dados, com vista à reconstituição de famílias, constituía, em qualquer caso, um desafio para o qual a metodologia clássica de Fleury-Henry (1965) não dava resposta. Até meados do século XX não houve em Portugal uma norma de transmissão familiar de apelidos. As mulheres não usavam o apelido do marido. Os irmãos do sexo masculino podiam usar apelidos diferentes, derivados do pai ou de qualquer dos avós ou bisavós nas linhas materna ou paterna. As irmãs, mesmo num adiantado século XIX, na generalidade dos casos, não usavam apelidos familiares, mas apenas sobrenomes derivados do nome próprio das mães, das sogras, das avós, ou sobrenomes correntes ao tempo.

Reconstituir as famílias da antiga vila de Rebordãos, nos arredores da cidade de Bragança, foi o primeiro repto que enfrentei, resultando na criação de uma metodologia para o cruzamento de dados paroquiais, que não tinha em vista apenas o conhecimento da história reprodutiva de cada casal de Antigo Regime, na linha de desenvolvimento da metodologia francesa. Incidia sobre o indivíduo, integrado numa cadeia geracional. Foi com essa metodologia manual, que mais tarde chamaria de *reconstituição de paróquias*, que foram publicados em 1973 os primeiros dados analíticos sobre comportamentos demográficos em Portugal para período de Antigo Regime (*Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Imprensa Nacional- Casa da Moeda).

Esse meu objetivo de acompanhar percursos de vida em cadeia genealógica, se parcialmente conseguido nessa pequena comunidade, mesmo com tratamento manual, viu-se dificultado à medida que avancei para projetos mais ambiciosos como foi a reconstituição manual de famílias das então quatro paróquias urbanas desta cidade de Guimarães, de duas paróquias suburbanas e de 4 paróquias rurais envolventes, entre 1580 e 1819, um trabalho académico que conheceu publicação em 1987 pelo INIC (*Guimarães de 1580 a 1891. Estudo demográfico*). Apesar de trabalhar manualmente mais de 100.000 atos vitais, o cruzamento interparoquial tornou-se viável, o encadeamento genealógico era possível de perseguir-se, mas o tratamento manual, com a morosidade e complexidade dos processos, tornou incomportável o acompanhamento sistemático dos percursos individuais. A linha de rumo iniciada em Rebordãos quedou-se no estudo das séries vitais e no aprofundamento analítico de comportamentos demográficos de nível familiar, os da Nupcialidade e Fecundidade. Extraí consequências da reconstituição de famílias num contexto urbano, mas não ultrapassei essa etapa.

O aparecimento dos computadores pessoais e de bases de dados comerciais permitiu potenciar a metodologia, aplicando-a de novo sobre paróquias rurais. Logo em 1991 publiquei na Universidade do Minho e na Revista da ADEH, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias* seguindo-se, no ano seguinte, a aplicação da mesma, em *Comportamentos demográficos de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, trabalho este que serviu de modelo a algumas gerações de mestres e doutores que tive a honra de formar. Os objetivos haviam sido alcançados. Estava ao nosso alcance a formação de uma base de dados, cruzando batizados, casamentos e óbitos, mas também outras fontes nominativas, como róis de confessados e passaportes, enriquecendo o conhecimento sobre os percursos de vida, a permitir uma abordagem consequente, mesmo dos fenómenos muito difíceis em Demografia Histórica, como a Mortalidade e a Mobilidade. Assim, nesse ano de 1992, havia alcançado, para essas paróquias rurais, o meu mais almejado objetivo. Analisava, na longa duração, entre os finais do século XVII e os finais do século XX, o ritmo de evolução da população dessas três paróquias a partir do cruzamento sistemático entre as variáveis demográficas, Nupcialidade, Fecundidade, Mobilidade e Mortalidade.

Os estudos de comunidade, na série *As Famílias* (de cada paróquia da Ilha do Pico), com base na Demografia Histórica, constituíram outro grande desafio a que me rendi nos anos seguintes, evitando a complexidade da Demografia Urbana.

O atual projeto do nosso Grupo de Investigação, o Grupo de História das Populações do CITCEM, debruça-se finalmente sobre a Cidade e este Congresso incentivou-me a *revisitar* Guimarães.

Assim, três décadas passadas sobre a minha primeira abordagem à Demografia Urbana, depois de uma aplicação intensíssima dos últimos tempos, apresento-me aqui com resultados ainda parcelares, a tentar responder, com o caso desta cidade anfitriã, a reptos que este Congresso lançou e pelos quais sou em parte responsável, como sejam a *análise da evolução de quantitativos populacionais, comparações entre demografia urbana e demografia rural no que respeita a comportamentos de nupcialidade, fecundidade, mortalidade ou mobilidade, mobilidade campo-cidade e cidade-campo, “penalização urbana” em matéria de saúde e fecundidade*, principalmente.

Desde 2004 que tem agilizado o nosso trabalho uma aplicação informática amigável, o SRP (sistema de reconstituição de paróquias, da responsabilidade da informática Fernanda Faria), desenhada de perto sobre o meu método de reconstituição de paróquias. Para este momento, com Guimarães, reunimos numa mesma *base central* (Henriques *et al.*, 2001), as nove bases paroquiais que fomos organizando ao longo do tempo a partir das minhas fichas manuais e do prosseguimento do levantamento dos dados já caídos em domínio público, levantamento este com recurso a tarefeiros especializados, em que se contam, principalmente, Fátima Dias e Alice Ferreira.

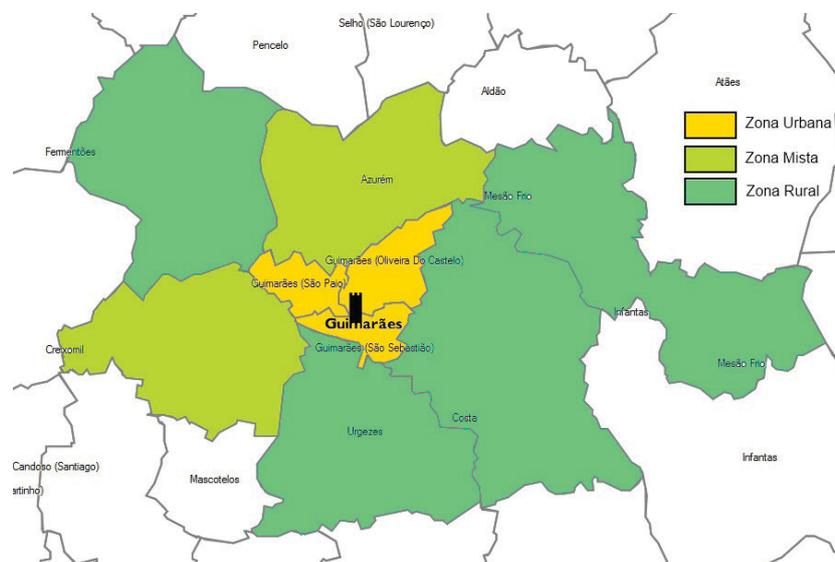
O processo agora desenvolvido de cruzamento interparoquial sistemático tornou-se extremamente complexo e moroso. Considere-se que estão em causa cerca de 50.000 família e mais de 180.000 indivíduos, muitas vezes com residência repartida por duas, três ou mais paróquias que é preciso identificar, caso a caso, a partir de pistas de avaliação difícil, eliminando todas as duplicações, trabalho necessariamente levado a cabo por um único investigador.

Com os desenvolvimentos técnicos, esta poderá ser no futuro uma tarefa escusada, ao serem integrados numa mesma base de dados central, os dados das novas paróquias que historiadores demógrafos, genealogistas, historiadores da Família ou da Sociedade, cada vez mais, penso, terão interesse em trabalhar.

2. Opções metodológicas

Das 10 freguesias históricas referidas, quatro eram urbanas, Nossa Senhora da Oliveira (esta com dois párcos) e S. Miguel do Castelo, unidas atualmente com o nome de Oliveira do Castelo, S. Paio e S. Sebastião, duas outras freguesias desenvolveram-se em continuidade urbana, mas com franjas rurais, Azurém e Creixomil, e as restantes quatro, até épocas recentes, apresentavam características rurais, Mesão Frio, Costa, Urgeses e Fermentões.

Mapa 1. A cidade de Guimarães e o enquadramento rural estudado



Os cruzamentos interparoquiais foram desenvolvidos nesse universo das atuais nove freguesias, todas reconstituídas, mas com opções no que respeita a análises. Para contrastar o mundo urbano e o mundo rural, desenvolvi os estudos de nupcialidade e fecundidade sobre as três paróquias urbanas centrais, por um lado, e as quatro paróquias historicamente rurais, por outro, deixando de fora as paróquias de características mistas, Azurém e Creixomil. No que diz respeito às abordagens mais complexas sobre mobilidade e mortalidade, a exigir o acompanhamento sistemático dos percursos de vida, optei por estudar a freguesia urbana da Oliveira, dado o cruzamento com outras fontes, os róis de confessados, e uma rural, Urgeses. Esta última freguesia é a única para a qual dispomos de registo sistemático de mortalidade infantil desde os finais do século XVIII.

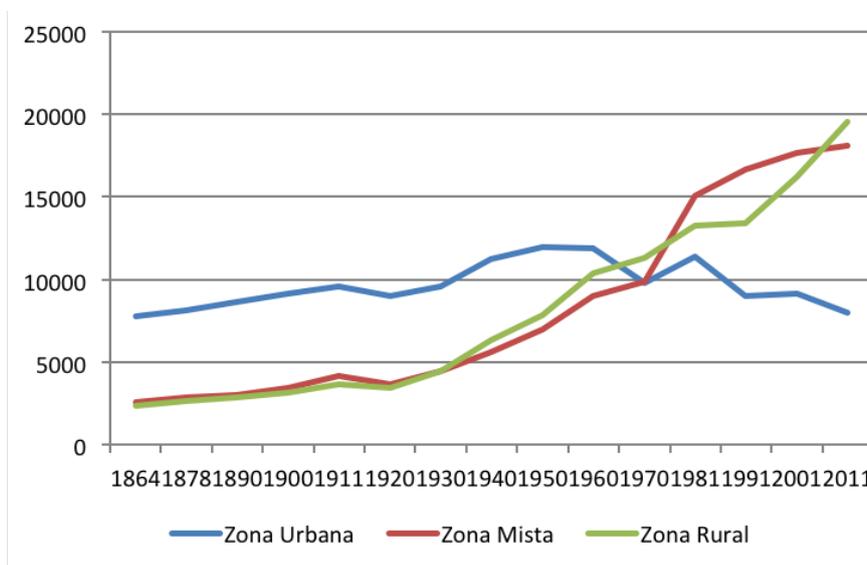
As dificuldades das fontes não são as mesmas de freguesia para freguesia, nem é coincidente o início dos registos. Por esse motivo fiz incidir as observações preferentemente sobre o período que decorre de 1670 a 1910, com prolongamento de observação no caso de Oliveira e Urgeses até 1990, no sentido de acompanhamento de percurso de vida para efeitos de análise do fenómeno da mortalidade.

3. Dados globais

Contando com a colaboração de J. Antero Ferreira, começo por dar uma visão comparativa global da população de Guimarães agrupadas por zonas, rural e urbana, usando primeiro os dados dos recenseamentos e recorrendo depois aos atos vitais de batizados e óbitos.

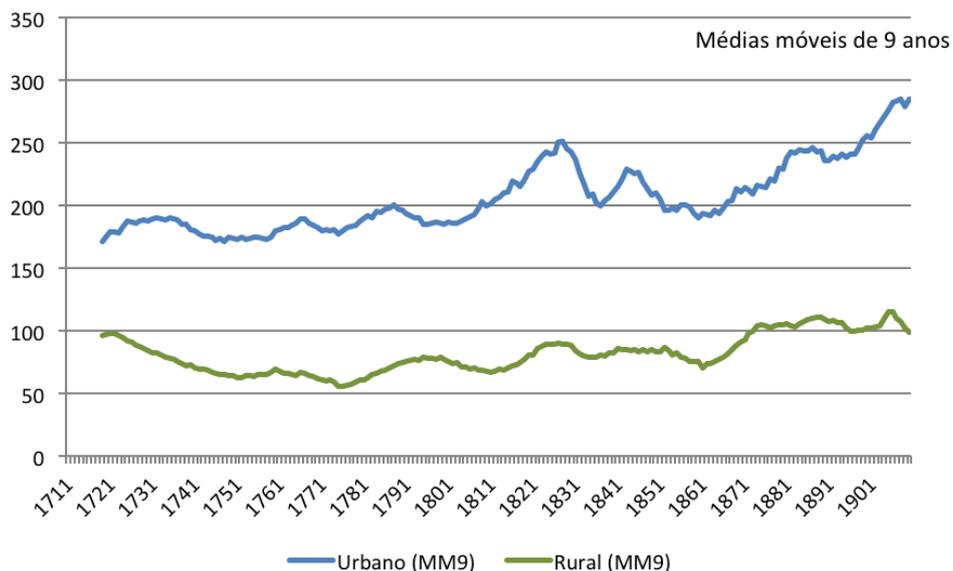
Como se verifica no Gráfico I, a população vimaranense das comunidades consideradas, desde 1864, data do primeiro recenseamento moderno em Portugal, ao último recenseamento, o de 2011, sofre uma evolução marcada, com claras diferenças no ritmo de crescimento entre o centro urbano e periferia, uma situação que se sabe comum a outras cidades.

Gráfico I. Evolução da população entre 1864 e 2011



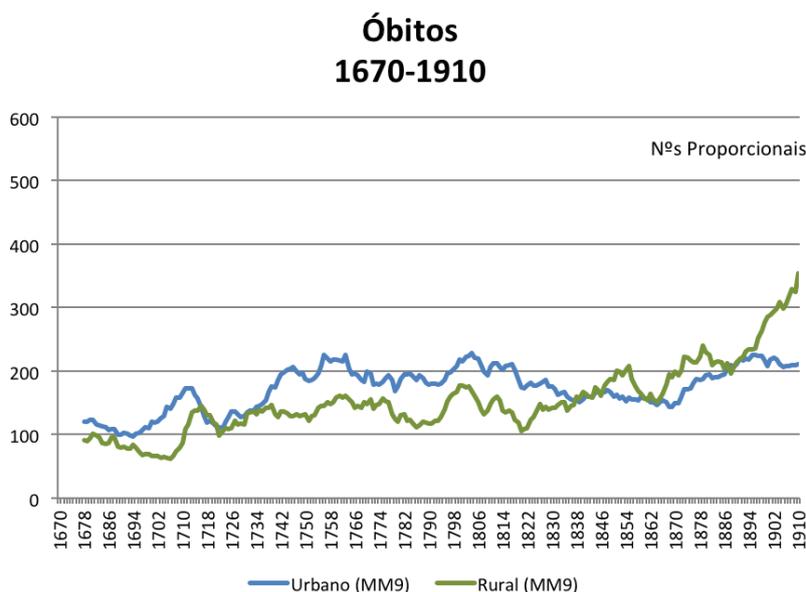
Consideremos que, na ausência de recenseamentos, para períodos em que a fecundidade se aproximava da natural, a evolução dos batizados pode dar uma indicação aproximada sobre o ritmo de crescimento da população. Nesse sentido, apresentamos no Gráfico II a evolução comparada dos batizados entre a zona urbana e a zona rural para o período coberto pelos registos paroquiais caídos em domínio público, ou seja, até 1911. Dadas as lacunas iniciais nos registos de batismos da maior freguesia rural considerada, a de Fermentões, apresentamos a evolução dos mesmos só a partir de 1707.

O gráfico evidencia alguma estabilidade de comportamento ao longo do século XVIII na zona urbana, mas com decréscimo marcado na zona rural nos primeiros 60 anos observados. As primeiras três décadas do século XIX conhecem uma aceleração de crescimento, depois interrompida, voltando-se, na década de 1860, a valores dos finais do século XVIII. As décadas seguintes apresentam um crescimento moderado, numa e noutra zona, que a interseção com os recenseamentos já fazia prever.

Gráfico II. Evolução dos batizados de 1707 a 1910

Diferentemente do que se passa em outras regiões do país (Barbosa e Godinho, 2001), quando nos debruçamos sobre a evolução dos óbitos dos maiores de sete anos (recorde-se o registo tardio de mortalidade infanto-juvenil), constata-se a ausência de graves crises de mortalidade em Guimarães ao longo dos séculos XVII e XVIII. A cidade sofreu em 1599 um grave surto da designada *peste pequena* que tive oportunidade de analisar no estudo anterior (AMORIM, 1987: 285-290). Calculei então que cerca de um terço da população urbana teria sido vitimada, não acontecendo o mesmo na zona rural, de povoamento disperso, a defender-se melhor desse terrível invasor, com os muros das quintas e os cães de guarda. Depois, só em 1811, a Guerra Peninsular e o tifo exantemático marcam uma fase mais gravosa de mortalidade (AMORIM, 1987: 315-317).

Gráfico III. Mortalidade dos maiores de sete anos entre 1670 a 1911



Uma outra especificidade de comportamento nesta região do país merece algum relevo, as altas percentagens de crianças nascidas fora do casamento (Neves, 2001).

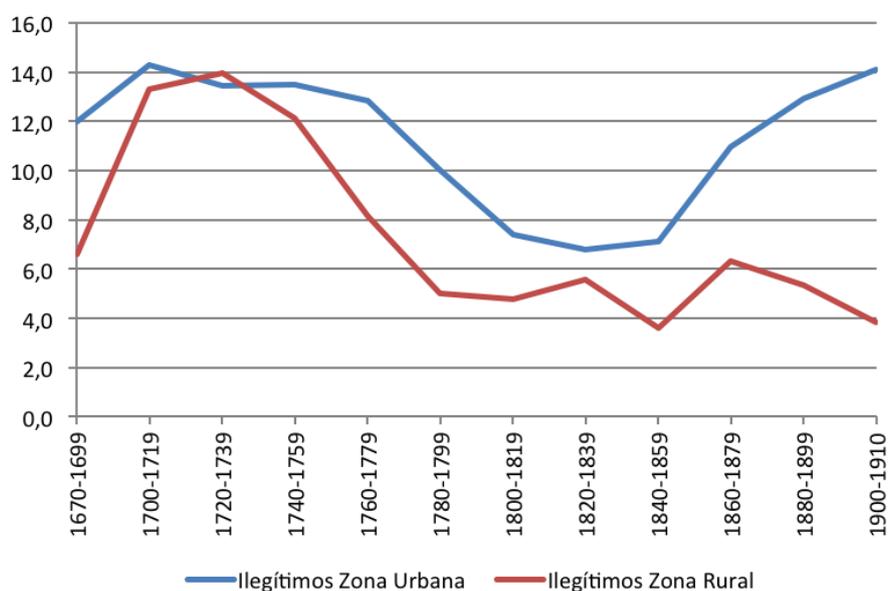
Depois de uma situação de ilegitimidade a rondar os 14% numa e noutra zona, a partir de meados do século XVIII, a curva baixa expressivamente, atingindo na primeira metade do século XIX valores mínimos à volta de 7% na zona urbana e de 4% na zona rural. Um nova elevação detecta-se de 1860 em diante. No entanto, o abaixamento da curva de ilegitimidade não significa uma contenção nos costumes, mas simplesmente o avolumar de um fenómeno que atinge extraordinários contornos precisamente entre 1740 e 1860, o abandono de crianças (AMORIM, 1987: 227-172).

**Quadro I. Percentagem de crianças nascidas fora do casamento
(não abandonadas)**

	Ilegítimos Zona Urbana	Ilegítimos Zona Rural
1670-1699	12,0	6,6
1700-1719	14,3	13,3
1720-1739	13,4	14,0
1740-1759	13,5	12,1
1760-1779	12,8	8,1
1780-1799	10,0	5,0
1800-1819	7,4	4,7
1820-1839	6,7	5,5
1840-1859	7,1	3,6
1860-1879	10,9	6,3
1880-1899	12,9	5,3
1900-1910	14,0	3,8

No Gráfico IV notamos que, suavizado o fenómeno do abandono, as curvas de ilegitimidade urbana e rural divergem ainda mais claramente, a acentuar um comportamento diferenciado.

**Gráfico IV. Percentagem de crianças nascidas fora do casamento
(não abandonadas)**



4. Micro-análise dos fenómenos demográficos

Entremos agora nas abordagens comparadas entre o mundo urbano e rural dos fenómenos de nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade.

4.1. Nupcialidade

Como antes referi, até um adiantado século XIX, não é referida pelos párocos a idade dos defuntos, o que, dada a percentagem elevada de indivíduos não identificados pelo nascimento, compromete o estudo do celibato definitivo tanto em observação transversal como longitudinal.

Apenas para o século XVIII e inícios do XIX, numa difícil aproximação ao fenómeno, calculei que, na zona urbana, a percentagem de indivíduos do sexo masculino definitivamente celibatários se colocaria à volta de 21%, posicionando-se, entre as mulheres à volta dos 30%. Na zona rural, o celibato definitivo colocar-se-ia entre os 7% e os 5%, enquanto 11% das mulheres seriam definitivamente celibatárias. Esta diferença marcante entre zona urbana e zona rural explica-se pela atração do emprego doméstico por parte das mulheres e também dos homens de uma vasta área circundante e também da aprendizagem de um ofício da parte destes últimos, sem chegar à possibilidade de formação de família (AMORIM, 1987: 355-358).

Incidindo na análise, por sexos, da idade média ao primeiro casamento, considero primeiro a zona urbana e depois a rural.

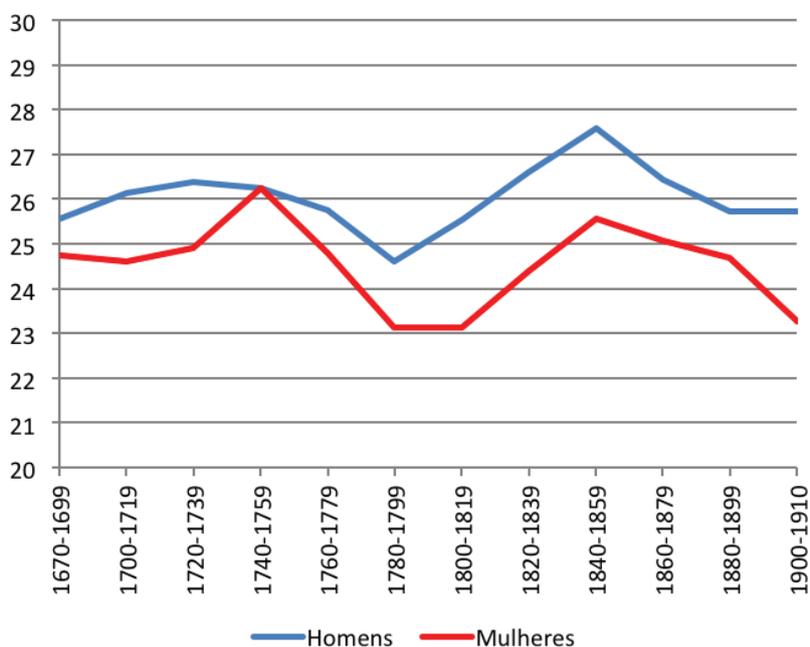
Na zona urbana encontra-se uma nítida diferença de comportamento entre o sexo masculino e feminino, com os homens a casar cerca de 2 anos mais tarde do que as mulheres, só se aproximando as curvas em meados do século XVIII.

No sexo masculino, encontram-se valores à volta dos 26 anos, descendo para 25 nos finais do século XVIII, para atingir os 27 em meados do século seguinte. No caso das mulheres, os valores colocam-se à volta dos 24 anos, baixando para os 23 na transição do século XVIII para o XIX, subindo depois nos anos centrais deste século, para voltar a descer na transição para o século XX.

Quadro II. Evolução da idade média ao primeiro casamento - zona urbana

Períodos	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nº Obs	Idade Média	Nº Obs	Idade Média
1670-1699	166	25,56	241	24,75
1700-1719	185	26,14	294	24,61
1720-1739	135	26,38	250	24,9
1740-1759	125	26,24	247	26,26
1760-1779	187	25,75	312	24,79
1780-1799	245	24,61	391	23,13
1800-1819	262	25,53	405	23,13
1820-1839	197	26,6	316	24,39
1840-1859	159	27,6	283	25,55
1860-1879	175	26,43	279	25,07
1880-1899	205	25,73	279	24,68
1900-1910	118	25,72	163	23,28

Repare-se, no Gráfico V, que as curvas seguem uma evolução paralela para os dois sexos, só se aproximando nos anos centrais do século XVIII.

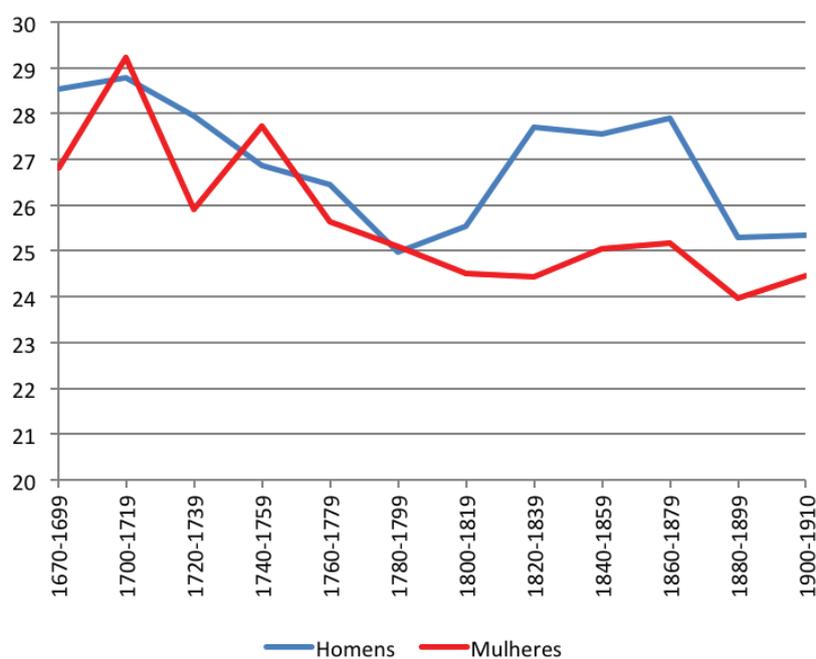
Gráfico V. Evolução da idade média ao primeiro casamento - zona urbana

No caso da zona rural, a diferença entre os sexos é menos vincada, com valores mais altos do que na zona urbana, tanto no que respeita ao sexo masculino como no feminino. No caso dos homens, parte-se de valores próximos dos 29 anos na transição do século XVII para o XVIII, baixando depois gradualmente até atingir os 25 anos no último vinténio do século XVIII, subindo novamente para valores próximos dos 28 anos até ao último quartel do século XIX. Só depois, até final da observação, os valores descem para 25 anos.

No sexo feminino a idade média ao primeiro caso sobrepõe-se à dos homens no início do século XVIII, atingindo os 29 anos, uma situação não invulgar nesta área geográfica, descendo depois para valores à volta dos 25 anos. Ao longo de todo o século XIX as mulheres rurais casam claramente mais cedo do que os homens, mas só no fim do século a idade média se posiciona nos 24 anos.

Quadro III. Evolução da idade média ao primeiro casamento - zona rural

Períodos	Sexo Masculino		Sexo Feminino	
	Nº Obs	Idade Média	Nº Obs	Idade Média
1670-1699	34	28,54	77	26,82
1700-1719	43	28,79	86	29,23
1720-1739	78	27,94	110	25,89
1740-1759	83	26,87	120	27,72
1760-1779	84	26,45	155	25,62
1780-1799	114	24,96	171	25,08
1800-1819	105	25,54	151	24,51
1820-1839	92	27,69	144	24,42
1840-1859	86	27,54	130	25,03
1860-1879	155	27,89	195	25,17
1880-1899	174	25,28	233	23,96
1900-1910	158	25,33	195	24,46

Gráfico VI. Evolução da idade média ao primeiro casamento- zona rural

4.2. Fecundidade

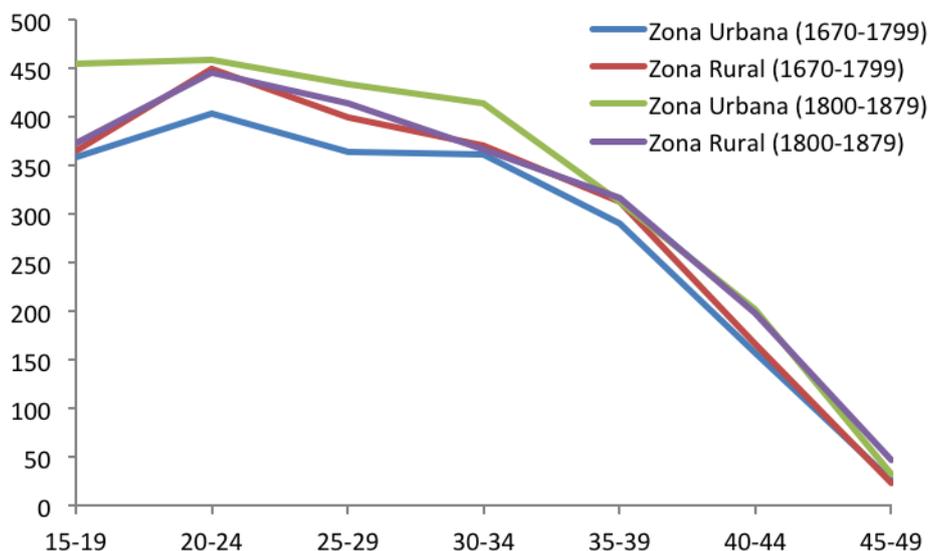
As famílias classificadas para efeitos de Fecundidade, foram aquelas para as quais se conhece a data de casamento, a data de nascimento da mulher, a data de fim de união por óbito do primeiro cônjuge falecido, e sobre as quais não há nenhum indício de lacuna de informação no que respeita aos filhos.

Os indicadores escolhidos foram as *taxas de fecundidade legítima segundo a idade da mulher*, a *idade da mulher ao último nascimento*, a *descendência teórica*, o número de filhos que as mulheres teriam se a convivência conjugal se desenrolasse dos 15 aos 49 anos, e a *descendência real*, o número médio de filhos que efetivamente esses casais tiveram.

Começamos por observar as taxas de fecundidade legítima em dois períodos paralelos, para as zonas urbana e rural.

Quadro IV. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher

Períodos	Grupos de idades da mulher							Obs.
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Zona Urbana (1670-1799)	358	404	364	361	290	158	26	349
Zona Rural (1670-1799)	365	450	400	371	313	167	24	292
Zona Urbana (1800-1879)	455	459	434	414	312	202	32	234
Zona Rural (1800-1879)	373	446	414	366	317	198	47	253

Gráfico VII. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades da mulher

O gráfico das taxas de fecundidade, em dois períodos, zona urbana e zona rural, evidencia curvas típicas de Antigo Regime, não muito diferenciadas, com algum alteamento, no último período estudado, tanto numa como noutra zona.

Usando indicadores sintéticos, a descendência teórica e o número de filhos por família efetivamente nascidos, podemos comparar, com maior comodidade, os comportamentos nas duas zonas.

Quadro V. Descendência teórica e descendência efetiva

	D.T.	D.E.
Zona Urbana (1670-1799)	9,8	5,0
Zona Rural (1670-1799)	10,5	5,2
Zona Urbana (1800-1879)	11,5	6,1
Zona Rural (1800-1879)	10,8	6,0

Pelas curvas e pela descendência teórica se evidencia a grande estabilidade de comportamento na zona rural ao longo de duzentos anos. A descendência teórica oscila apenas entre 10,5 e 10,8 filhos por família se a convivência conjugal se prolongasse durante toda a idade fecunda da mulher. No caso da zona urbana tal não sucede, com valores de 9,8 filhos no primeiro período e 11,5 no segundo. Trata-se de uma melhoria mais precoce de

condições de vida na cidade ou efeito de uma mortalidade infantil mais gravosa a encurtar os intervalos intergenésicos? Possivelmente as duas variáveis terão tido influência, mas aceitamos o peso da última.

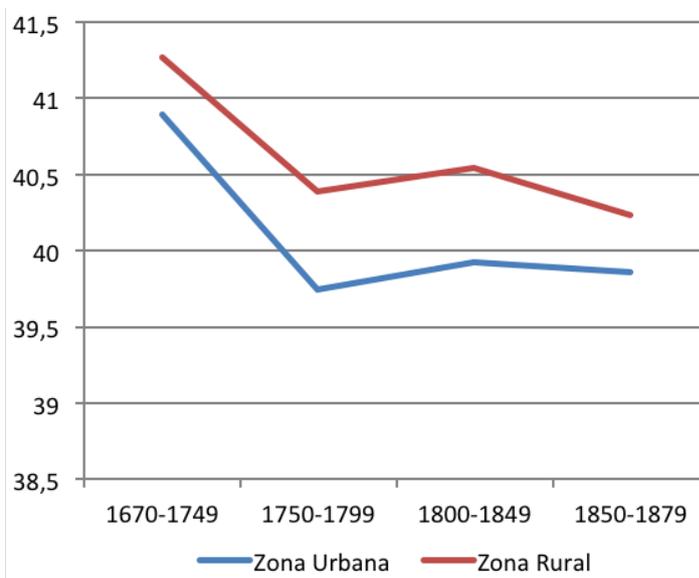
Se reparamos depois na descendência real notamos um resultado muito confortável para as épocas consideradas, 5 e 6 filhos por família, resultados semelhante numa e noutra zona, apesar do casamento mais tardio na zona rural, a apontar para ruturas menos precoces das uniões nesta zona ou para o começo de restrições no nascimento de filhos no caso das mulheres mais velhas da zona urbana, como se verá a seguir.

A idade média ao nascimento do último filho nas famílias completas, famílias em convivência conjugal até aos 48 anos de idade da mulher, mostra, de facto, alguma divergência entre a zona rural e urbana, com as mulheres do campo a prolongarem mais tempo a sua vida fecunda.

Quadro VI. Idade da mãe ao nascimento do último filho (famílias completas)

	Zona Urbana	Zona Rural
1670-1749	40,9	41,27
1750-1799	39,75	40,39
1800-1849	39,93	40,54
1850-1879	39,86	40,23

Gráfico VIII. Idade da mãe ao nascimento do último filho (famílias completas)



4.3. Mortalidade

A abordagem ao fenómeno da Mortalidade através da base de dados demográfico-genealógica, com os dados deficientes de que dispomos, levou-me ao desenvolvimento de processos de aproximação, usando todos os recursos disponíveis. Como vimos antes, só para Urgeses, temos, para todo o século XIX, um registo tendencialmente sistemático de mortalidade infantil. Nas outras paróquias, ao longo desse século, vamos encontrando alguma sistematicidade no registo de todos os falecidos, mais generalizada depois de 1860, mas na freguesia central, a da Oliveira, só a partir de 1881, tal parece acontecer. No entanto, foi nesta freguesia que tive possibilidade de aprofundar mais o fenómeno, cruzando a informação da base de dados com os róis de confessados que, a partir de 1835, passam, tendencialmente, a incluir todos os residentes, mesmo os recém-nascidos. Assim, a partir desse ano de 1835, tornou-se possível marcar, em famílias estáveis, o ano do óbito para os menores, e o ano de saída da observação para os restantes.

Com metodologias diferenciadas, em co-autoria com Antero Ferreira e Luís Machado, tivemos já possibilidade de, em relação à Oliveira, apresentar os resultados desse cruzamento de fontes num seminário internacional (*Micro-analysis of mortality in urban areas. The parish of Oliveira in Guimarães between the 18th and 20th century*). Neste momento, depois do trabalho sistemático desenvolvido com a *base de zona*, e depois do parcial cruzamento com os falecidos na Santa Casa da Misericórdia, os resultados apresentam-se em maior aproximação.

Começo por calcular, de forma comparada, a esperança de vida aos 30 anos dos indivíduos nascidos entre 1750 e 1829 na zona urbana e na rural, cujo falecimento foi observado. Considere-se, no entanto, que os indivíduos são observados em função do local de nascimento, mas o acompanhamento dos percursos é feito no conjunto das 9 paróquias.

É comum, nestas circunstâncias, incidir a observação sobre indivíduos casados com mais de 25 anos, considerando estes como o sector da população mais estável. Neste caso optei por só considerar como idade de maior estabilidade os 30 anos, dada a relativa frequência de mobilidade de casais jovens.

Admitindo que os indivíduos que se afastaram da observação teriam um comportamento semelhante aos que ficaram, considere todos os indivíduos identificados ao óbito pela data de nascimento, tendo 30 ou mais anos, não me parecendo perturbador incluir os indivíduos solteiros. Sabemos que, mesmo nesta idade, a mobilidade pode ter influência. Por um teste desenvolvido sobre as paróquias da ilha do Pico, em que se dispõe de dados seguros, mas onde a emigração tem muito peso, calculei que a observação que não acompanhou, caso a caso, os percursos vitais, deflacionou em cerca de meio ano os resultados da esperança de vida aos 30 anos, havendo uma maior aproximação nas idades seguintes.

Quadro VII. Esperança de vida aos 30 anos dos indivíduos nascidos entre 1750 e 1829

	Zona Urbana			Zona Rural		
	Homens	Mulheres	Sexos reunidos	Homens	Mulheres	Sexos reunidos
30	27,4	29,1	28,4	33,6	32,3	32,9
35	24,9	26,6	25,9	29,6	29,0	29,3
40	21,8	24,4	23,3	26,0	26,1	26,1
45	19,4	21,9	20,9	22,8	23,0	22,9
50	17,2	19,4	18,5	19,2	19,7	19,5
55	15,1	16,6	16,0	15,7	16,8	16,3
60	12,5	13,9	13,3	12,5	14,1	13,3
65	10,0	11,3	10,8	9,7	11,2	10,5
70	8,0	8,6	8,4	7,9	8,8	8,4
75	6,3	6,6	6,5	6,2	7,0	6,6
80	4,7	5,6	5,3	5,1	6,2	5,7

Se considerarmos a zona urbana e a zona rural encontramos comportamentos bastante diferenciados. Numa primeira observação, notamos uma esperança de vida aos 30 anos algo mais gravosa para o sexo feminino do que para o masculino na zona rural, só se invertendo as posições aos 40 anos. Os acidentes de maternidade poderão ser em parte responsáveis pelo resultado, mas admito que, no período em causa, a penosa vida das mulheres minhotas que se obrigavam ao trabalho nas quintas, sem se eximirem às obrigações domésticas, possa também ter contribuído para o efeito. Reparemos que a situação urbana era bem diferente no que respeita à relação entre os dois sexos, com uma maior sobrevivência das mulheres em todas as idades observadas.

No entanto, tanto mulheres como homens do campo parecem ter tido uma esperança de vida dos 30 aos 60 anos, superior aos da cidade, aproximando-se os comportamentos nas idades mais elevadas.

Como vimos, a partir de 1835, os róis de confessados da Oliveira referem todos os indivíduos residentes, de qualquer idade. Como dispomos de registos de nascimentos sistemáticos, acompanhando, ano a ano, as famílias estáveis, podemos situar em grande aproximação, a data de óbito das crianças que faleceram sem terem sido objeto de registo de óbito. Consideramos, depois, que após os 8 anos de idade, o desaparecimento no rol de um filho de uma família estável se deveu a motivos de trabalho ou de aprendizagem, nomeadamente no caso de futuros clérigos.

Subtraindo metade dos ausentes aos efetivos iniciais de cada idade (Henry, 1976: 169), estamos em condições de calcular os respectivos quocientes de mortalidade, ano a ano, acompanhando as gerações até à sua extinção. Apresentamos o resultado-síntese desse processo, com a esperança de vida no início de cada idade. Não se trata de uma tábua abreviada, mas tão só de uma apresentação abreviada que não apresenta as idades intermédias.

Quadro VIII. Esperança de vida à nascença
(Gerações nascidas entre 1835 e 1864 na Oliveira e entre 1793 e 1849 em Urgeses)

	Oliveira			Urgeses		
	Homens	Mulheres	Sexos Reunidos	Homens	Mulheres	Sexos Reunidos
0	37	40,5	38,9	38,9	38,9	38,8
1	44	46,2	45,3	45,1	46,1	45,5
5	48,7	51,4	50,3	52,8	54,1	53,4
10	46,9	49,1	48,2	50,9	52,6	51,7
15	42,8	44,6	44,0	48,4	48,2	48,1
20	39,9	41,5	40,9	44,8	44,2	44,3
25	35,6	39,1	37,7	42,1	42,6	42,3
30	33,2	34,9	34,3	40,1	39,1	39,4
35	29,6	31,9	31	35,6	37	36,2
40	26,7	31,2	29,4	31,1	34,9	33
45	22,9	27,7	25,8	26,9	31,6	29,2
50	20,5	24,6	23	23	26,6	24,8
55	18,4	20,6	19,8	21	22,8	21,9
60	15,1	16,5	16	17,4	20,2	18,8
65	11,3	14,5	13,3	13,6	15,9	14,7
70	8,4	11,8	10,6	9,9	12	11
75	7,2	9,0	8,4	9,0	10,7	9,9
80	5,0	5,6	5,4	7,9	7,4	7,6

Se a esperança de vida, sexos reunidos, abeira os 39 anos nas duas observações, tenhamos em conta que estamos a tratar gerações mais antigas na paróquia rural. As diferenças entre os sexos, num e noutro caso, são significativas. Na paróquia urbana, as mulheres poderiam, à nascença, esperar viver mais três anos e meio do que os homens, mantendo uma maior esperança de vida em todas as idades. No caso da paróquia rural, evidencia-se uma grande proximidade de comportamentos até aos 35 anos, mas, após essa idade, as mulheres mantêm sempre uma maior esperança de vida.

Se consideramos os níveis de mortalidade no primeiro ano de vida na Oliveira e em Urgeses encontramos uma atípica distribuição nesta última paróquia, responsável pela proximidade do resultado na esperança de vida à nascença. Enquanto, para a Oliveira, nas gerações nascidas entre 1835 e 1864, encontramos como quocientes de mortalidade no primeiro ano de vida, por mil nascidos, 180,4, 141,4 e 161,5, respetivamente no sexo masculino, feminino e sexos reunidos, em Urgeses, nas gerações nascidas entre 1793 e 1849, os valores colocam-se, paralelamente, nos 157,1, 176,21 e 167,3.

Para as gerações nascidas na Oliveira entre 1881, altura em que deixamos de detetar sub-registo de óbitos de menores, e o ano 1899, para poder fazer cair dentro da nossa observação tendencialmente todos os falecidos (a recolha dos registos de óbitos prolongou-se até 1990), foi calculada a esperança de vida pelo acompanhamento de percursos, caso a caso, sem recurso a róis de confessados. No caso de Urgeses, foi usado o período que medeia entre 1850 e 1899, prolongando igualmente o acompanhamento dos falecidos até 1990. Em procedimento corrente, para as famílias móveis foi marcada, num e noutro caso, a última data familiar conhecida. Na Oliveira, para os indivíduos que saíram isolados foi considerada a data do casamento ou o 20.º aniversário como fim de observação. No caso de Urgeses, dada a forte atração urbana, considerei mais correto colocar como fim de observação o 15.º aniversário dos indivíduos isolados.

Recordemos ainda que, para os indivíduos falecidos depois da década de 1840, beneficiamos de um averbamento com a data de óbito junto do respetivo registo de batizado.

Quadro IX. Esperança de vida à nascença
(Gerações nascidas entre 1881 e 1899 na Oliveira e entre 1850 e 1899 em Urgeses)

	Oliveira			Urgeses		
	Homens	Mulheres	Sexos Reunidos	Homens	Mulheres	Sexos Reunidos
0	40	48,3	43,9	47,2	49,8	48,7
1	47,1	54,4	50,9	52,7	53,7	53,4
5	55	61,9	58,7	56,3	60	58,4
10	52,3	59,9	56,4	53,2	56,6	55,2
15	48	55,5	52	49,5	52,6	51,3
20	43,7	51,5	47,8	45,1	49	47,3
25	39,5	48,3	44,2	41,5	45,3	43,6
30	35,2	44,5	40,1	38,3	41,8	40,3
35	31,9	40,3	36,4	35,3	37,5	36,6
40	28,8	36,1	32,8	31,1	33,2	32,4
45	25,3	32	29	27,2	29,7	28,7
50	21,5	27,7	25	22,9	26,1	24,8
55	18,2	23,9	21,5	18,8	21,9	20,6
60	15,5	19,6	17,9	15	18,2	16,9
65	12,9	15,6	14,6	12,4	14,6	13,7
70	10,5	11,7	11,3	10	10,9	10,5
75	7,5	8,8	8,4	7,9	8,2	8,1
80	5,7	6,7	6,2	6,1	5,9	6
85	3,3	5,3	4,7	5,6	4,4	4,7

Como se verifica, a esperança de vida à nascença nestas gerações apresenta-se mais favorável do que na observação anterior, ganhando, no caso da Oliveira, cerca de 5 anos no espaço de meio século. Em Urgeses, a diferença é de perto de 8 anos em relação à observação anterior na mesma paróquia, embora haja um maior desfazamento temporal nas gerações observadas. O favorecimento do sexo feminino é agora muito mais marcado numa e noutra paróquia, a afetar todas as idades.

Para as gerações nascidas nas duas últimas décadas do século XIX, na Oliveira, a sobrevivência no primeiro ano de vida não se viu muito favorecida relativamente aos nascidos entre 1835 e 1864. Naquelas décadas, encontramos 180 óbitos por mil no sexo masculino, 129 no sexo feminino, e 155,7, sexos reunidos. Em Urgeses, ao invés, apesar do maior alargamento do período, a mortalidade infantil, coloca-se, respetivamente, nos 122,1, 90,3 e 105,9.

Algum favorecimento face à morte nas gerações nascidas na Oliveira nas duas últimas décadas do século XIX, relativamente às que nasceram entre 1835 e 1864, resultou da redução da mortalidade adulta, mas no caso de Urgeses a melhoria deteta-se em todas as idades.

Não perdemos de vista que nos referimos a uma zona de Portugal que na primeira metade do século XIX se defendeu de epidemias com impacto muito intenso em outros pontos do país, como foi o caso da cólera e depois da febre amarela. No entanto, a maior insalubridade das zonas urbanas e uma suposta menor proteção das crianças no seio familiar poderão ter contribuído para o distanciamento verificado entre os comportamentos da Oliveira e Urgeses.

Continuo com a convicção de que o acompanhamento de percursos de vida, a partir de bases de dados demográfico-genealógicas sistematicamente organizadas, com ambição de sucessivo alargamento, é o caminho mais seguro para uma aproximação válida ao fenómeno da Mortalidade na longa duração.

Seguindo Massimo Livi Bacci, nas comparações que efetua entre Itália e Europa, e considerando os períodos entre 1750 e 1900, (PANTA, L. Del, M. Livi Bacci, and E. Sonnino (1996), *La Popolazione Italiana dal Medioevo a Oggi*, Roma, Editori Laterza, pp. 252), verificamos que os comportamentos aqui observados se conotam, para os mesmos períodos, com os países de mortalidade mais favorável. No entanto, teremos de considerar que estamos a analisar apenas famílias estáveis, arredando da observação os filhos nascidos fora do casamento e principalmente as crianças abandonadas que pagavam especial tributo à morte. Havendo possibilidade de incluir na análise esses grupos de risco, a esperança de vida certamente se veria reduzida, particularmente na zona urbana e no século XIX.

4.4. Mobilidade

A influência da Mobilidade perpassa em toda a nossa observação, mas são muitas as dificuldades na sua abordagem, com complexidade avolumada na zona urbana extremamente aberta que analisamos.

Para uma zona rural, no referido trabalho sobre a *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, para os períodos dos quais se dispunha de registo sistemático de mortalidade infantil, aproximei-me do fenómeno, marcando um fim de observação para todos os indivíduos nascidos e não falecidos na respetiva comunidade. Essa marcação foi feita por cruzamento com os registos de passaporte ou convencionando o 20.º aniversário como idade de saída para os emigrantes não legais ou para os que se movimentaram no território nacional. A marcação do fim de observação tornou-se mais precisa para uma das paróquias (S. João) em se dispunha de uma longa série de róis de confessados (Amorim, 1992: 171 a 207).

Nas freguesias do Pico, era o fenómeno da emigração que se impunha, enquanto a entrada de indivíduos de fora praticamente se reduzia ao escasso movimento do mercado matrimonial. No caso de Guimarães, deparamos com fortes movimentos de entrada e saída, bem documentados pelos indicadores globais já apresentados. No sentido de uma aproximação ao fenómeno da Mortalidade, a marcação de fim de observação tornou-se pertinente na freguesia da Oliveira e em Urgeses para os indivíduos nascidos em períodos cobertos por registo sistemático de mortalidade infantil ou pelo acompanhamento de percursos residenciais a partir de outras fontes. No que respeita à Mobilidade, senti-me desafiada a ensaiar outras abordagens, envolvendo toda a área em estudo.

Aproveitando o encadeamento genealógico da base de dados trabalhei dois novos indicadores: *nível de fixação* e *nível de enraizamento*, o primeiro baseado nas genealogias descendentes e o último nas genealogias ascendentes.

No que respeita à fixação ao meio considereirei todos os indivíduos nascidos de casais consorciados num determinado período e acompanhei dentro da observação os seus descendentes por níveis geracionais. O *nível de fixação* é calculado pelo cociente entre o número de descendentes acumulados em cada nível geracional e o número de casais originais.

Quanto ao enraizamento, para tender a uma maior compatibilização dos níveis geracionais, considereirei apenas os falecidos com 50 ou mais anos num determinado período e contei, por níveis, os respetivos ascendentes. O *nível de enraizamento* é obtido pelo cociente entre os ancestrais acumulados em cada geração e os indivíduos em causa cujo óbito considerámos. Na primeira geração, a do próprio indivíduo, o cociente é estabelecido entre o número de naturais e o número de falecidos.

O trabalho desenvolvido nesta ótica é ensaístico, devendo ser encarado como uma tentativa de encontrar indicadores que permitam a comparação de comportamentos de mobilidade na longa duração, entre regiões.

4.4.1. *Nível de Fixação*

Na zona urbana de Guimarães, a lacuna de casamentos da Oliveira, entre 1729 e 1766, e a frequente ausência de elementos identificadores, particularmente em S. Paio, comprometem de alguma forma a sistematicidade das cadeias genealógicas.

Optei por calcular o *nível de fixação* apenas para o espaço rural, integrando Mesão Frio, Costa, Urgeses e Fermentões. Dado que a maior dessas paróquias, Fermentões, só ultrapassa o sub-registo de batizados e casamentos em 1707, procurando cobrir valores médias nos comportamentos reprodutivos, podemos acompanhar sete gerações das famílias que realizaram o seu casamento nessas paróquias nos 20 anos que se seguem a 1 de Janeiro de 1707, o que nos conduz sensivelmente aos finais do século XIX.

Quadro X. Nível de fixação - Zona Rural

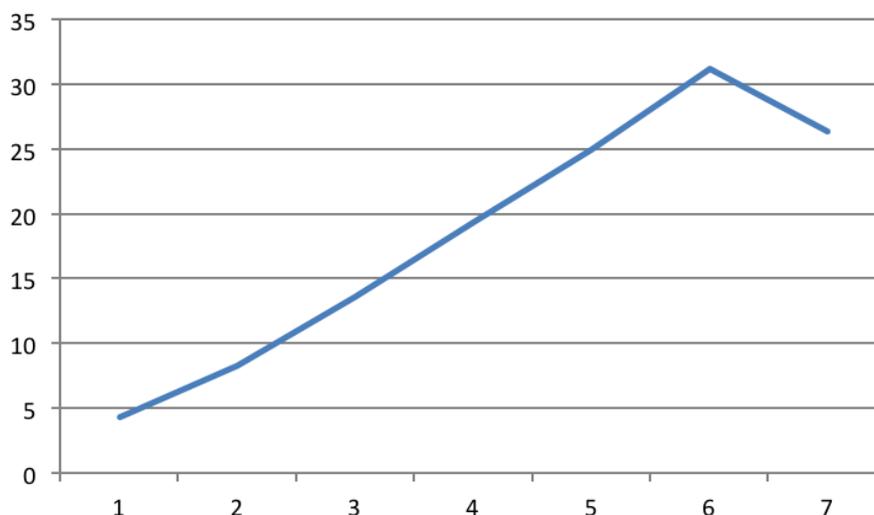
	1ª ger.	2ª ger.	3ª ger.	4ª ger.	5ª ger.	6ª ger.	7ª ger.
Famílias	65	41	28	22	17	15	8
Descendentes acumulados	282	537	883	1256	1617	2029	1709
Nível de fixação	4,3	8,3	13,6	19,3	24,9	31,2	26,3

Verificamos que, das 65 famílias, com geração, que realizaram o seu casamento nas quatro paróquias rurais entre 1707 e 1726, passadas sete gerações, sensivelmente nos finais do século XIX, o nível de fixação coloca-se nos 26,3, o que significa que, por cada casal original, se haviam fixado até essa geração, 26,3 seus descendentes. Se repararmos nos valores da geração anterior, encontramos um nível de fixação de 31,2, o valor mais elevado da observação.

Reparamos que o número de casais responsáveis por manter a cadeia vai diminuindo progressivamente, com uma quebra mais acentuada nos casais que vão gerar a sétima geração. Os descendentes acumulados até à 6.ª geração ultrapassavam os 2000, reduzindo para 1700 na geração seguinte.

Considero que se trata de um nível de fixação bastante baixo, mas só a comparação, que espero para breve, com outros casos, dará validade a essa conclusão.

**Gráfico IX. Nível de Fixação - Zona Rural
(sete gerações)**



4.4.2. Nível de enraizamento

Considerarei, por sexos, nesta observação, os indivíduos que faleceram com 50 ou mais anos na zona rural e na zona urbana, entre 1890 e 1899, contabilizando os originários do exterior e os naturais e, destes, o número de ancestrais conhecidos nas seis gerações anteriores. Note-se, mais uma vez, o caráter aproximativo, por defeito, dos resultados, dados os problemas das fontes atrás referidos, além da situação das famílias com apenas a mãe conhecida.

No caso da zona urbana, na última década do século XIX, faleceram 489 indivíduos com mais de 50 anos, sendo 197 do sexo masculino e 292 do feminino. Desses, apenas 50 homens e 106 mulheres haviam nascido numa das três paróquias da cidade. Contavam-se mais 15 homens naturais da zona suburbana, Creixomil ou Azurém, e 9 de alguma das quatro freguesias rurais, Mesão Frio, Costa, Urgeses ou Fermentões, num total de 74. No caso das mulheres, 15 e 12 correspondiam, respetivamente, à zona suburbana e urbana, num total de 133 mulheres nascidas em alguma das 9 paróquias em causa.

No caso da zona rural, faleceram, paralelamente, 77 indivíduos do sexo masculino e 84 do sexo feminino, entre os de 50 ou mais anos. Desses, 35 homens e 42 mulheres eram naturais de uma das nove freguesias consideradas na zona, mas apenas 4 e 3, respetivamente, tinham nascido numa freguesia urbana.

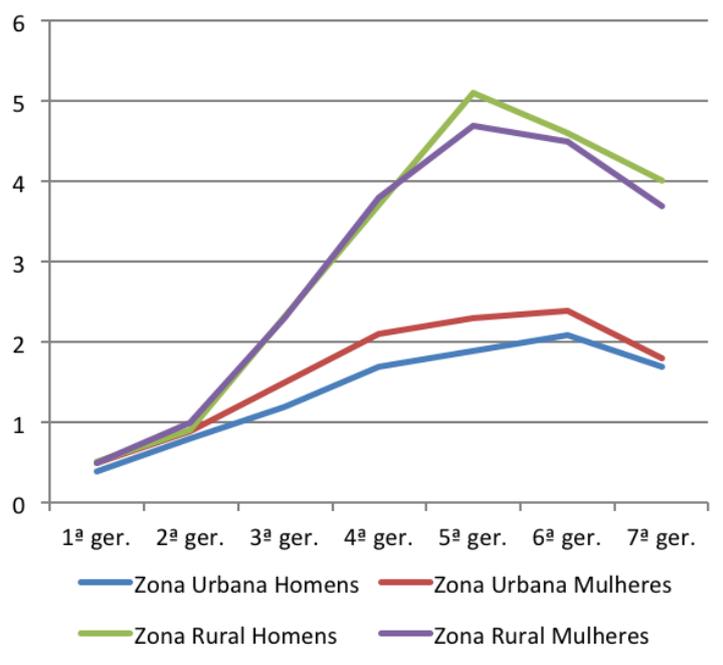
Quadro XI. Falecidos entre 1890 e 1899 e ancestrais da comunidade (por gerações)

		Falecidos	1ª ger.	2ª ger.	3ª ger.	4ª ger.	5ª ger.	6ª ger.	7ª ger.
Zona Urbana	Homens	197	74	148	240	334	382	415	335
	Mulheres	292	133	261	442	621	686	713	511
	Sexos reunidos	489	207	409	682	955	1068	1128	846
Zona Rural	Homens	77	35	70	180	283	395	358	306
	Mulheres	84	42	83	195	319	393	378	310
	Sexos reunidos	161	77	153	375	602	788	736	616

Quadro XII. Níveis de enraizamento

		1ª ger.	2ª ger.	3ª ger.	4ª ger.	5ª ger.	6ª ger.	7ª ger.
Zona Urbana	Homens	0,4	0,8	1,2	1,7	1,9	2,1	1,7
	Mulheres	0,5	0,9	1,5	2,1	2,3	2,4	1,8
	Sexos reunidos	0,4	0,8	1,4	2,0	2,2	2,3	1,7
Zona Rural	Homens	0,5	0,9	2,3	3,7	5,1	4,6	4,0
	Mulheres	0,5	1,0	2,3	3,8	4,7	4,5	3,7
	Sexos reunidos	0,5	1,0	2,3	3,7	4,9	4,6	3,8

Gráfico X. Nível de enraizamento (sete gerações)



Dos 123 indivíduos, do sexo masculino, que faleceram com 50 ou mais anos na zona urbana de Guimarães na última década do século XIX e que não foram identificados como naturais de nenhuma das 9 paróquias integradas (62% do total de falecidos desse grupo etário), a 11 não foi referida naturalidade e 10 haviam sido expostos. Dos restantes, 40 eram de outras freguesias rurais do concelho de Guimarães, 42 eram de outros concelhos do mesmo distrito, 18 tinham vindo de outros distritos do país e 2 de Espanha, num total de 82 naturalidades diferentes.

Paralelamente, das 159 mulheres, que faleceram com 50 ou mais anos na zona urbana de Guimarães na última década do século XIX, e que não foram identificados como naturais de nenhuma das 9 paróquias integradas (54% do total de falecidas nesse grupo etário), a 31 não foi referida naturalidade e 13 haviam sido expostas. Das restantes, 49 eram originárias do próprio concelho, 39 eram de outros concelhos do distrito, 23 eram de outros distritos, 3 haviam nascido no Brasil e uma em França, num total de 79 freguesias de origem

Repare-se que, na segunda metade do século XIX, a atração para a cidade nortenha, embora mais vincada no sexo masculino, era também muito forte no sexo feminino. O xadrez complexo de freguesias na área, muitas vezes sem solução de continuidade entre si, contribuía para o efeito, mas a atração para o centro urbano de Guimarães pontuava o Norte do país, com um outro caso da região centro.

No que respeita à zona rural, dos 42 homens, com 50 ou mais anos, não nascidos na área (55% do total), de 10 não sabemos a naturalidade e um havia sido exposto. Dos restantes, 25 eram naturais de outras freguesias do concelho, 3 eram de outros concelhos do mesmo distrito, 2 eram de fora do distrito e um era de Espanha.

Relativamente às 42 mulheres falecidas com 50 ou mais anos nas paróquias rurais e não referidas à área (50% do total), de 12 não sabemos a naturalidade e duas haviam sido expostas. Das restantes, 14 eram de outras freguesias do concelho de Guimarães, 3 eram de outros concelhos do distrito e 4 eram de fora do distrito.

Também no que respeita à zona rural, a mobilidade feminina não se mostra muito aquém da masculina. No entanto, a movimentação, num e noutro caso, não atinge grandes áreas. Só em relação a dois distritos do Norte e confinantes com o de Braga, Porto e Viana do Castelo, encontramos indivíduos a falecer nas quatro comunidades estudadas.

5. Notas finais

Formando sobre Guimarães uma base de dados demográfico-genealógica, com acompanhamento sistemático de percursos de vida, a envolver o núcleo urbano e o seu enquadramento rural, dá-se um pequeno passo no difícil caminho a percorrer para um estudo conseguido da dinâmica das populações que viveram e transitaram em diferentes espaços entre o século XVI e o XX.

A par do enorme volume da informação em causa, neste primeiro passo, a tarefa foi dificultada pela necessidade de formação de uma única base de dados, acompanhando os percursos de indivíduos com grande movimentação na área, a constar em diferentes bases paroquiais. Há que caminhar, com rapidez, no sentido da *base de dados central*, que possa ser enriquecida simultaneamente por diferentes investigadores em diferentes espaços.

O trabalho que decorre sobre outras cidades do país, particularmente sobre a cidade da Horta, nos Açores, pode permitir muito em breve, sobre estes primeiros resultados, o desenvolvimento de análises comparativas pertinentes, passo metodológico exigido em Demografia Histórica.

Neste momento, apesar de ter sido estudado um núcleo urbano e o seu imediato enquadramento rural, todos os indicadores apontam para uma diferenciação de comportamentos demográficos entre as duas zonas, quer se trate de Nupcialidade, Fecundidade, Mortalidade ou Mobilidade, comprovando-se a *penalização urbana* em matéria de saúde e fecundidade.

Em termos globais, até à entrada na contemporaneidade, extraímos de Guimarães a imagem de uma população saudável, de fecundidade forte, que procurava o seu equilíbrio restringindo o acesso ao casamento e movimentando-se em espaços mais ou menos alargados.

Bibliografia citada

AMORIM; M. N. (1973), *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

AMORIM; M. N. (1987), *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C.

AMORIM; M. N. (1991), “Uma metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1:7-25.

AMORIM, M. N. (1992), *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Braga, Universidade do Minho, I.C.S..

AMORIM, M. N. (2000), “Linha clássica de Demografia Histórica. Uma perspectiva optimista sobre a sua evolução”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVIII-II, 89-104.

AMORIM; M. N. (2004, a), O Pico. A abordagem de uma ilha.Vol.I – *As Famílias*. Tomo I – As famílias de S. João nos finais do século XIX, Município das Lajes do Pico/NEPS (1ª publicação de uma série de oito, sendo a última de 2011).

BARBOSA, Hermínia e GODINHO, Anabela (2001), *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Cadernos NEPS, Universidade do Minho.

FARIA e HENRIQUES (2004), *Sistemas Demográficos para a análise de dados demográficos*, Cadernos NEPS, Universidade do Minho.

FLEURY, M e HENRY, L. (1965) *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, I.N.E.D..

HENRIQUES, Pedro (2001), Norberta Amorim, Antero Ferreira, Maribel Santos, and Fátima Rodrigues. “Reconstituição de Paróquias e Formação de uma Base de Dados Central.” *Congresso da Associação de Demografia Histórica : Actas*. Lisboa: ADEH, 57-66.

NEVES, A.A. Amaro (2000), *Filhos das Ervas. A Ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*, Guimarães, Monografias NEPS.

PANTA, L. del, M. Livi Bacci, and E. Sonnino (1996), *La Popolazione Italiana dal Medioevo a Oggi*, Roma, Editori Laterza